

Revisão encolhe dívida externa em US\$ 30 bi

Mônica Izaguirre
De Brasília

Após um processo de "refinamento" dos números e de reclassificação de alguns passivos, o Banco Central concluiu que a dívida externa brasileira fechou o primeiro trimestre deste ano em US\$ 206,5 bilhões e não em US\$ 236,8 bilhões, como chegou a ser divulgado pela instituição. A revisão do saldo, em US\$ 30,3 bilhões, refere-se integralmente à dívida externa privada e foi anunciada ontem pelo diretor de Assuntos Internacionais do BC, Daniel Gleizer.

Mais da metade da revisão feita no número da dívida — cerca de US\$ 16,2 bilhões — referem-se a passivos que, de fato, deixaram de existir mas que ainda não tinham saído das estatísticas. O resto do ajuste — os outros US\$ 14,1 bilhões — corresponde a uma reclassificação do passivo externo relativo aos créditos concedidos por empresas matrizes multinacionais às suas filiais no Brasil — os empréstimos intercompanhia.

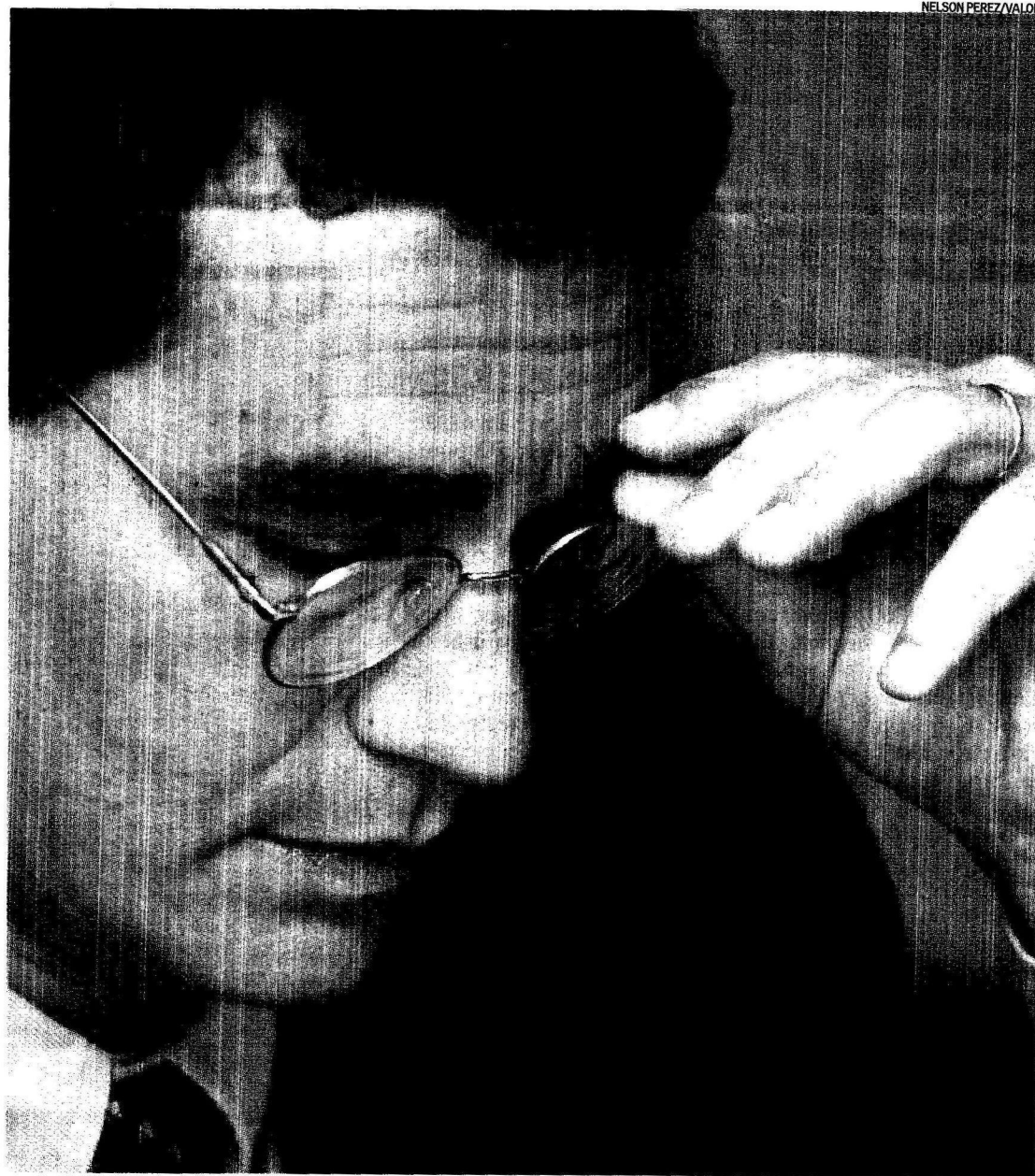
A permanência de operações quitadas nas estatísticas não foi, segundo Gleizer, consequência de erro humano. Ocorreu porque os sistemas do BC não eram capazes de capturar pagamentos feitos fora do cronograma normal de amortização previsto nos certificados de registro. "São dívidas que foram pagas mas cujo pagamento não foi capturado por causa de im-

perfeições no sistema", disse.

O diretor explicou que, principalmente em 1998, ano da crise russa, muitas empresas com dívida externa aproveitaram a queda na cotação de títulos de países emergentes, entre eles os do Brasil, para recomprar com desconto papéis de sua própria emissão. Ou seja, aproveitaram o desconto para quitar a dívida antecipadamente.

Como o sistema do BC não estava preparado para registrar amortizações antecipadas, as empresas fizeram pagamentos em reais via contas CC5 (contas bancárias mantidas no Brasil por instituições não residentes no país), o que era absolutamente legal, destacou. O caminho foi adotado tanto por empresas que recompraram papéis quanto por empresas que tinham dívida contratual e que fizeram depósitos em favor seus credores. Estas operações ficaram registradas como remessas via CC5 mas não como amortização de dívida. Descobrir o que estava pago exigiu "um trabalho microscópico" do BC, que reviu milhares de registros, um a um, disse Gleizer. O BC deu baixa em dívidas total ou parcialmente vencidas e aparentemente não pagas, mas cujos credores nunca apareceram para reclamar (justamente porque foram efetivamente pagas).

Sobre a reclassificação, Gleizer explicou que, a partir de janeiro deste ano, a exemplo do que já faziam os demais países membros



Daniel Gleizer, diretor do BC: "Pagamentos não foram capturados por causa de imperfeições no sistema"

do Fundo Monetário Internacional, o Brasil passou a classificar empréstimos intercompanhia como investimento externo direto. Resultante da adaptação ao novo manual de Balanço de Pagamentos do FMI, a mudança de conceito foi aplicada inicialmente ao fluxo dos intercompanhia, incluindo a

série histórica. Porém, as estatísticas sobre o estoque desses créditos ainda não tinham passado por tal adaptação e, por isso, ainda estavam na dívida. Na próxima divulgação de tabelas do BC sobre o setor externo, o saldo de créditos intercompanhias já aparecerá apartado, como estoque de capital

externo e não de dívida.

Daniel Gleizer acredita que o "refinamento" ajudará na imagem do país. Eles destacou que a relação entre a dívida externa e o Produto Interno Bruto, considerado um indicador importante, caiu de 32,6% para 27,4% com o ajuste.